



COMPREENSÕES DE ISTS NOS PROCESSOS FORMATIVOS DE LICENCIANDOS/AS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Understanding ISTs in the training processes of bachelors in Biological Sciences

Gabriele Stochain¹

Luana Berro Strehlow²

Rúbia Emmel³

Resumo: Esta investigação teve o objetivo geral de analisar as compreensões de Licenciandos/as em Ciências Biológicas sobre ISTs, a partir das suas vivências na Educação Básica. A partir da questão: Quais as concepções os/as licenciandos/as em Ciências Biológicas têm sobre o que são ISTs e quais as formas de contaminação e prevenção a partir de suas vivências na Educação Básica? A população desta pesquisa foram dez licenciandos/as do segundo semestre do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, participantes da Prática enquanto Componente Curricular II (PeCC II). Ao questionarmos os/as licenciandos/as sobre: “O que são ISTs?” e “Quais as formas de transmissão do vírus da AIDS?”, Identificamos que sete licenciandos/as souberam apenas descrever a definição da sigla. Três dos Licenciandos/as trouxeram explicações do significado da sigla, porém apenas exemplos ligados à relação sexual. Tomando como exemplo a resposta de L5: “São Infecções Sexualmente Transmissíveis, causadas por vírus ou bactérias, sendo transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual”. Nesse sentido, faz-se necessário que os/as futuros/as professores/as sejam preparados para tratar temas como ISTs em seus diversos aspectos: biológicos, sociais, psicológicos e culturais.

Palavras-chave: Formação inicial de professores. Educação sexual. Ensino de ciências.

Abstract: This investigation had the general objective of analyzing the understanding of Undergraduates in Biological Sciences about ISTs, based on their experiences in Basic Education. From the question: What conceptions do undergraduates in Biological Sciences have about what STIs are and what are the forms of contamination and prevention based on their experiences in Basic Education? The population of this research was ten undergraduate students of the second semester of the Licentiate Degree in Biological Sciences, participants of the Practice as a Curriculum Component II (PeCC II). When asking the licentiates about: "What are ISTs?" and "What are the forms of transmission of the AIDS virus?" We identified that seven undergraduates only knew how to describe the definition of the acronym. Three of the Licensees brought explanations of the meaning of the acronym, but only examples related to sexual intercourse. Taking as an example the answer from L5: "They are Sexually Transmitted Infections, caused by viruses or bacteria, being transmitted mainly through sexual contact". In this sense, it is necessary that future teachers are prepared to deal with topics such as STIs in their various aspects: biological, social, psychological and cultural.

Keywords: Initial teacher training. Sex education. Science teaching.

¹ Discente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR) – Campus Santa Rosa, Brasil. E-mail: stochain.gabriele@gmail.com

² Discente do curso Técnico em Edificações Integrado. Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) – Campus Santa Rosa, Brasil. E-mail: luanastrehlow@gmail.com

³ Professora Doutora da área de Pedagogia. Instituto Federal Farroupilha, Campus Santa Rosa. Professora colaboradora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (UFFS). E-mail: rubia.emmel@iffarroupilha.edu.br



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo dos anos o termo Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) foi utilizado para classificar doenças sexualmente transmissíveis, segundo Almeida e Melo (2011, p. 2) “as relações acerca da sexualidade têm um contexto histórico e social, é certo que as ISTs e HIV/AIDS também fazem parte desse contexto, que ainda pode refletir diversos estigmas referentes ao tema”.

Segundo Brasil (s/a), a terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão da sigla DST, com o objetivo de destacar a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas. Assim, ao se adotar a terminologia ISTs, são incluídas na classificação, infecções causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos, podendo estes serem tratados.

A sexualidade pode ser considerada “o desejo de contato, calor, carinho ou amor” (ALMEIDA *et al.*, 2017, p.1091). Na família, os assuntos ligados ao sexo e a sexualidade, ainda são tabus, por isso, os adolescentes adquirem essas informações através de outros meios, como revistas, televisão, amigos e a própria internet, com menor frequência, a fonte desta informação se encontra em professores ou profissionais da saúde.

Segundo Brasil (2009), na sociedade atual, as questões relacionadas à contracepção são vistas como uma responsabilidade das mulheres, o que acontece, porém, é que ainda para Brasil (2009), para o desenvolvimento de homens e mulheres é necessário que se construam parcerias igualitárias.

Para que a visão da sexualidade mude, em uma esfera social, é preciso que os assuntos ligados à mesma sejam desenvolvidos na escola e que para compreender a importância de uma abordagem integradora destes temas considerando aspectos bio-psico-sociais visto que para Louro (1997), essas questões são construídas socialmente, e é na esfera social, que além de se construírem, se reproduzem as relações de desigualdade.

De acordo com Brasil (2013), às estratégias educativas devem considerar a problematização da realidade dos estudantes, fazendo com que os mesmos reflitam sobre suas situações e questionem os fatos. Nessa problematização dos temas, todos devem estar envolvidos, na tentativa de encontrar soluções coletivas para problemas sociais.

Ainda segundo Brasil:

Os(as) adolescentes e os(as) jovens têm direito de ter acesso a informações e educação em saúde sexual e saúde reprodutiva e de ter acesso a meios e métodos que os auxiliem a evitar uma gravidez não planejada e a prevenir-se contra as doenças

sexualmente transmissíveis/HIV/ AIDS, respeitando-se a sua liberdade de escolha (BRASIL, 2009, p.6)

Considerando os excertos de licenciandos/as, que foram analisados neste estudo, a educação sexual ainda é considerada uma “matéria a parte”. Além disso, as questões ligadas a prevenção a gravidez, ainda são abordadas em sua face puramente biologizada, sem considerar as questões sócio-culturais que também estão presentes.

Ainda a respeito da abordagem da educação sexual na escola, Agnoletto; Padoin (2012) criticam a visão existente de que a mesma deve ser feita apenas por profissionais da área médica e da biologia, visto que o preparo do educador para lidar com o tema, está mais fortemente relacionado com a sua postura frente ao mesmo.

Segundo Brasil (2013), para que os valores debatidos durante as aulas de educação sexual sejam incorporados, é importante que os profissionais aprendam a interagir sem expressar julgamentos, visto que aos assuntos relacionados à educação sexual, estão ligadas características pessoais, próprias de cada indivíduo.

Conforme Brêtas *et al.* (2009):

As informações sobre formas de transmissão e prevenção, por si só, não são suficientes para a adoção de comportamentos protetores. Porém, a falta de informações básicas contribui para aumentar a vulnerabilidade dos adolescentes (BRÊTAS *et al.*, 2009, p.790).

Em conformidade com o pensamento das autoras, Brasil (2009), também supõe que o conhecimento do corpo, ajuda na realização de cuidados para evitar ISTs/HIV/AIDS e outras doenças que possam afetar a saúde sexual e reprodutiva.

A partir dessas concepções, Brasil (2013) recomenda que durante as práticas educativas, seja feito o uso de metodologias participativas, com abordagem centrada no sujeito. Ainda segundo Brasil (2013), é importante considerar o conhecimento prévio dos participantes, visto que cada um deles possui uma bagagem sócio-cultural que influencia no entendimento de algumas questões, fomentando assim, o diálogo sobre o relacionamento humano, a sexualidade, ou mesmo, a reprodução.

Considerando estes aspectos, o problema de pesquisa impõe questionar: “Quais as compreensões de Licenciandos/as em Ciências Biológicas tem sobre o que são ISTs?” e “Quais as formas de transmissão do vírus da AIDS?”. Parte-se da hipótese, *a priori*, que os processos de formação inicial de professores/as de Ciências/Biologia, permitem aos/as Licenciandos/as uma visão holística da Educação Sexual e temas relacionados, compreendendo e analisando suas trajetórias durante a Educação Básica. Assim, esta pesquisa

teve o objetivo geral de: Analisar as compreensões de Licenciandos/as em Ciências Biológicas sobre formas de contaminação de ISTs, a partir das suas vivências na Educação Básica.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa qualitativa em educação caracteriza-se pelos pressupostos de uma investigação-ação crítica e emancipatória (CARR; KEMMIS, 1988). Tendo por objetivos a busca por melhorar uma prática ou o espaço em que se vincula essa prática, ou como uma maneira de produção de interesse pelo processo por parte dos envolvidos e afetados pela prática (CARR; KEMMIS, 1988). A população da pesquisa foram dez licenciandos/as do segundo semestre do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, na Prática enquanto Componente Curricular II (PeCC II). Visando garantir a autoria e o sigilo, os/as licenciandos/as foram nominados/as “L1 ao L10”.

Para contemplar o objetivo proposto utilizamos a análise de conteúdo como método norteador, Bardin (2011) na utilização da técnica de categorização e Associação Livre de Palavras (BARDIN, 2011).

Realizamos a análise de conteúdo, Bardin (2009, p. 95) proposta em etapas: ”1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” das dissertações e teses encontradas no repositório, a priori a partir da identificação e classificação, utilizamos a ferramenta Google Excel. Para facilitar a categorização, de modo a filtrar, explorar e analisar os dados que são de suma relevância para a pesquisa.

A análise de conteúdo possibilita interpretar o conteúdo de um texto, através de normas sistemáticas, analisando os significados ou os significantes. Este procedimento se dá por elementos simples e suas frequências, palavras ou ideias que mais aparecem no texto. Diante disso, possibilitando realizar inferências e extrações os verdadeiros significados presentes no trecho analisado. De acordo com Duarte (2002), em uma abordagem deste tipo, o número de sujeitos que comporão o quadro do questionário, não pode ser determinado somente com o conhecimento sem a interpretação, pois a importância está na qualidade das informações obtidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de identificar os conhecimentos prévios dos/as licenciandos/as com relação ao conceito da sigla ISTs, visto que, enquanto futuros professores/as de Ciências e Biologia, devem compreender e explicar o verdadeiro significado da sigla.

Ao analisar as respostas foi possível identificar que, sete licenciandos/as (L1, L2, L3, L4, L6, L8 e L10) souberam apenas descrever a definição da sigla, “*Infecções sexualmente transmissíveis*”, sem explicar o significado por trás da sigla, o que abrange a sigla. Isso demonstra um conhecimento raso ou nulo sobre o tema de ISTs, onde estes licenciandos apenas estudaram a definição, sem explicação ou exemplos de ISTs durante suas vivências na Educação Básica.

Três dos Licenciandos/as souberam trazer explicações do significado da sigla, tomando como exemplo a resposta de L5: “*São Infecções Sexualmente Transmissíveis, causadas por vírus ou bactérias, sendo transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual*”. Nesta resposta foi possível compreender que os licenciandos entendem o significado da sigla, trazem exemplos de tipos de infecções e meios de transmissão.

Porém, nenhum dos licenciandos/as souberam trazer exemplos de transmissão além do “contato sexual”. Sendo que, este exemplo trazido é mal explicado, não traz as devidas explicações sobre em quais situações pode ocorrer a transmissão do vírus durante a relação sexual. Estas respostas, demonstram os preconceitos presentes na má informação da sociedade, sendo este um assunto de complexidade e preconceito. Não podendo ser tratado apenas na dimensão biológica, pois não dá conta, fica detida apenas no modelo biomédico, é preciso ir além, buscar estudos ligados à prevenção em aspectos bio-psico-sociais que envolvem a promoção da saúde pública, a partir da informação e educação.

Ainda seguindo as análises da questão: “O que são ISTs?”, L4 relaciona a sigla anteriormente utilizada DSTs, L4: “*Infecções sexualmente transmissíveis, antes denominados DSTs doenças sexualmente transmissíveis*” trazendo um conhecimento sobre a mudança da sigla, porém não justificando os motivos e as diferenças entre as siglas utilizadas. Retomando os estudos, Brasil (s/a), coloca que a terminologia ISTs foi adotada em substituição à expressão DST, com o objetivo de destacar a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas. Assim, incluído na classificação, infecções causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos.

Através da questão “Quais as formas de transmissão do vírus da AIDS?”, visamos identificar o conhecimento prévio dos/as licenciandos/as com relação ao assunto, visto que,

enquanto futuros professores/as de Ciências e Biologia, é necessário que possuam conhecimento acerca do assunto.

Analisando as respostas, constata-se que todos os/as licenciandos/as souberam trazer ao menos um exemplo de forma de transmissão do vírus da AIDS, a relação sexual, em geral, porém, abordada incorretamente, visto que não citam a falta, ou o uso incorreto da camisinha. Enquanto oito dos dez (L1, L2, L3, L4, L5, L6, L8 e L10), citam também ferimentos abertos e o compartilhamento de agulhas e seringas, além da transfusão de sangue. Em menor número, cinco (L3, L4, L6, L7 e L10) e três (L4, L5 e L10) respectivamente, aparecem as questões ligadas a gravidez e a amamentação.

Tomando como exemplo a resposta de L1, *“práticas sexuais e contato com o sangue do infectado”* e L6 *“Através da transfusão de sangue, relações sexuais, objetos contaminados”*, nota-se que embora os/as licenciandos/as entendam as formas de transmissão do vírus da AIDS, estas foram colocadas equivocadamente, visto que não apresentam explicação aprofundada.

Os temas são abordados de forma simples, L1 cita a transmissão através da relação sexual, mas não especifica que para representar risco, esta relação deve acontecer sem o uso de preservativo. Assim como L6 cita como comportamento de risco o compartilhamento de objetos contaminados, porém, segundo Brasil (s/a), objetos em geral, como copos e talheres, não representam risco de transmissão do HIV.

Além da relação sexual, os/as licenciandos/as citaram a transmissão através do contato com o sangue do infectado, L3 coloca ainda o compartilhamento de agulhas e a transfusão de sangue *“Pela transfusão de sangue ou compartilhamento de agulhas e seringas”*. L4 cita os ferimentos abertos *“Através da relação sexual sem preservativos, sangue em transfusões ou ferimentos abertos, uso de seringas em grupos”*. É importante colocar, que o risco de transmissão do vírus da AIDS pela transfusão de sangue é praticamente nulo, pois o Sistema Único de Saúde, possui tecnologias para o controle de hemoderivados.

A partir desses excertos, percebemos que os/as licenciandos/as tiveram em algum momento estudos sobre as formas de transmissão do HIV, mas não o suficiente para que pudessem explicá-las corretamente. Por isso, colocamos a escola como ambiente que possui papel fundamental na educação para a saúde, devendo contemplar temas como as ISTs e a AIDS, embora por vezes isso não seja possível, devido à falta de materiais e profissionais qualificados para tratar do assunto. Segundo Silva (2015, p.223) *“Para que haja uma*

orientação sexual na escola é necessário que existam professores que se sintam preparados para exercer tal papel”.

Os assuntos relacionados às ISTs e a AIDS ainda podem ser considerados tabus entre os professores, nesse sentido, Monteiro, Bizzo e Gouw (2010) propõem que a discussão acerca da contaminação pelo vírus HIV é fundamental “para o posicionamento crítico e enfrentamento de barreiras culturais relacionadas aos possíveis contextos ou situações de vulnerabilidade em que alunos e professores possam vir a ser expostos” (MONTEIRO; BIZZO; GOUW, 2010, p.134), com o objetivo de desmistificar os assuntos relacionados a essas infecções, aumentando assim a disseminação de informações referentes a elas.

Indo ao encontro do que escrevem Monteiro, Bizzo e Gouw (2010), onde chamam atenção mais uma vez para a importância da análise desses temas e da qualificação dos profissionais que trabalham com os mesmos, para que erros conceituais e preconceitos não se perpetuem na sala de aula, gerando discriminação. Brasil (s/a), coloca, por exemplo, que o vírus HIV não pode ser contraído através do contato social com o infectado, questão que deve ser enfatizada no ambiente escolar, auxiliando na aceitação da pessoa contaminada.

Ao explorar as respostas dos/as licenciandos/as, em que cinco (L3, L4, L6, L7 e L10) citam a gravidez e três (L4, L5 e L10) citam a amamentação, como forma de transmissão do vírus. Observa-se que estes possuem alguma informação sobre, entretanto, existindo equívocos em respostas, com relação ao meio e forma de transmissão.

A partir de Cartaxo *et al.* (2013), gestantes infectadas pelo vírus AIDS, têm a possibilidade de contaminar seus filhos por transmissão vertical (TV), durante a gestação, parto ou pós-parto. Tendo como exemplo a resposta de L7 que cita “*da mãe para o bebê durante a gestação*”, apresentando equívocos em relação à forma de transmissão. Com base nos estudos de Cartaxo *et al.* (2013, p. 420), a “amamentação natural, é responsável por 14% de infecções, mesmo com o uso de antirretrovirais”, isso significa que não é de total porcentagem que a transmissão ocorrerá pela amamentação. Existem medidas preventivas para que não ocorra a transmissão vertical (TV), seja na gestação, parto e pós-parto, na amamentação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista das análises, entendemos que, o processo educativo visa o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício da cidadania emancipatória e consciente. Para tanto, incluir no ensino de Ciências e Biologia temas envolvidos ISTs são imprescindíveis, pois

permeiam o espaço escolar, como são constitutivos dos conteúdos das disciplinas de Ciências e Biologia e podem ser ensinados de modo a respeitar os valores de cada grupo de pessoas e suas culturas.

A partir da problematização de entender as concepções dos licenciandos/as a partir das suas vivências na Educação Básica, foi possível identificar que os licenciandos/as tiveram um ensino fragmentado, fugindo de um ensino integrador aos conhecimentos de saúde pessoal e coletiva com relação à saúde social. Na temática sobre formas de contágio de ISTs encontramos uma falta de conhecimento sobre corpo, pois os licenciandos/as não conseguiram explicar de uma forma completa as formas de transmissão de ISTs, sendo este um dos principais pontos-chaves de estudo da Educação Sexual.

O autoconhecimento do seu corpo, ajuda na realização de cuidados para evitar ISTs/HIV/AIDS e outras doenças que possam afetar a saúde sexual e reprodutiva. Assim esta investigação permitiu compreender a Educação Sexual para além do biológico, de modo mais integrador a saúde das pessoas, o autoconhecimento e a prevenção de ISTs. Sendo assim, os/as licenciandos/as podem estar preparados para abordar o tema de ISTs em aulas de educação sexual, de forma a exercer a reflexão crítica e reconhecer a interdisciplinaridade envolta ao tema, em seus diversos aspectos: biológicos, sociais, psicológicos e culturais.

REFERÊNCIAS

AGNOLETTO, R.; PADOIN, M. J. Formação inicial de professores e a formação de educadores sexuais. In: MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida; OLIVEIRA, André Luís de; FERRAZ, Daniela Frigo (Orgs.). **Reflexões sobre a formação de professores no ensino de ciências**. Cascável: EDUNIOESTE, 2012.

ALMEIDA, C. R. S.; MELO, A. S. A. F. Infecções sexualmente transmissíveis nos livros didáticos de ciências. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: [s.n.] 2011, não paginado.

ALMEIDA, R. A. A. S.; *et al.* Conhecimento de adolescentes relacionados a doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.70, n. 5, p.1087-1094, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Infecções Sexualmente Transmissíveis** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS. Brasília: Ministério da Saúde, s/a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - I. ed., I. reimpr. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRÊTAS, J. R. da S.; *et al.* Conhecimentos de adolescentes sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis: subsídios para prevenção. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 22 n 6, p.786-792, 2009.

CARR, Wilfred; KEMMIS, Stephen. **Teoría crítica de la enseñanza: investigación-acción en la formación del profesorado**. Barcelona, Espanha: Martinez Roca, 1988.

CARTAXO, C. M. B.; *et al.* Gestantes portadoras de HIV/AIDS: Aspectos psicológicos sobre a prevenção da transmissão vertical. **Estudos de Psicologia**, v. 18 n 3, p.419-427, 2013.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n 115, p.139-154, 2002.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MONTEIRO, N. H. P.; BIZZO, N.; GOUW, S. M. A. As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a Aids nos livros didáticos para o ensino fundamental no Brasil: abordagens e implicações educacionais. **Acta Scientiae**, Canoas, v.12, n.1, p.123-138, jan./jun. 2010.

SILVA, I. C.; *et.al.* **Doenças Sexualmente Transmissíveis (Dst)**. Revista Eletrônica Saúde em Foco. 2018. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/042_doencas_sexualmente_transmissiveis.pdf. Acesso em: 30 mar. 21.